

## PRODUÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SÃO LUÍS-MA

Luiz Eduardo Neves dos Santos<sup>1</sup>  
Jadson Pessoa da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo trata da produção do espaço urbano em São Luís pelo viés da fragmentação socioespacial. A urbanização das cidades brasileiras, e mais especificamente de São Luís, acaba por gerar diferentes formas de apropriação do espaço pelos grupos sociais. A expansão do sistema econômico globalizado repousa na sofisticação técnica, representada pelo meio técnico-científico. Entretanto, este sistema ao se expandir não se tornou único, mas tão somente hegemônico. Sua expansão se efetivou a partir da contradição fundamental que separa grupos dominantes e grupos dominados em uma cidade claramente dividida aos pedaços.

**Palavras-chave:** espaço urbano, segregação socioespacial, São Luís.

### ABSTRACT

The article deals with the production of urban space in São Luís by the bias of sociospatial fragmentation. The urbanization of Brazilian cities and more specifically of São Luís ends up generating different forms of appropriation of space by social groups. The expansion of the globalized economic system rests on the technical sophistication represented by the technical-scientific. However, this system does not expand to become one, but only hegemonic. Its expansion to materialize from the fundamental contradiction that separates groups dominant and dominated groups in a town sharply divided into pieces.

**Keywords:** urban space, sociospatial segregation, São Luís.

## 1. INTRODUÇÃO

A cidade pode ser explicada como um conjunto de objetos, produzidos com intuítos variados e carregados de intencionalidades. Por isso a cidade abarca duas produções, uma material, observada na fabricação, utilização e circulação de objetos técnicos e outra simbólica, abstrata, representada pela maneira com que os indivíduos dão sentido àquilo que os cerca, onde a subjetividade é o ponto essencial deste processo.

A cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, constitui nos tempos hodiernos uma grande aglomeração urbana, compondo um espaço amplo e diversificado que abarca uma população de 1.011.943 habitantes (IBGE, 2010).

O século XX proporcionou a consolidação de um sistema de trocas de mercadorias globalizado. No entanto, isto não representou a homogeneização do modo de como o território se

<sup>1</sup> Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. [dugeografo@hotmail.com](mailto:dugeografo@hotmail.com)

<sup>2</sup> Estudante. Universidade Federal do Maranhão – UFMA

apresenta. O espaço sendo produto de relações sociais ainda é o espaço plural derivado da riqueza da imaginação humana expressa na diversidade cultural.

O solo e a habitação em São Luís são transformados em mercadorias, seu consumo só aumenta, visto que fazem parte das estratégias do grande capital imobiliário e financeiro, contribuindo para a produção e a reprodução do espaço.

Este artigo trata de forma breve das transformações que a cidade de São Luís vem sofrendo nos últimos anos em decorrência da rápida transformação de seu espaço urbano, já que o processo de verticalização e a expansão urbana horizontal, inerentes às grandes cidades brasileiras, aparecem como principais elementos de diversificação espacial.

O artigo é estruturado em duas partes, a primeira versa sobre a abordagem dos conceitos de espaço, cidade e urbanização a partir de um enfoque referente às suas contradições, para daí se analisar os caminhos em direção ao processo de fragmentação do espaço urbano em São Luís, objeto da segunda parte do texto.

## 2. ESPAÇO, CIDADE E URBANIZAÇÃO

O espaço, objeto deste estudo, é concebido como o lugar das relações sociais de produção. Esta produção envolve trabalho, lazer, ideologia, dentre outros, que através do consumo ditam os movimentos e a circulação de mercadorias na esfera cidadina.

O espaço urbano é o da contradição, próprio da crise que a cidade moderna abarca com todas as suas problemáticas em direção ao colapso. Em contraposição ao espaço da racionalidade, planejado para quem o domina, objeto de troca, de consumo, ou seja, negociável. Amélia Luísa Damiani ao tratar da oposição entre uma *lógica formal* e uma *lógica dialética* a propósito do espaço afirma:

Há dominação pela lógica. É o espaço formal que impera. O cotidiano e o vivido lhe escapam. Ou melhor, programa-se o cotidiano. Lugares neutralizados, higiênicos e funcionais, como as avenidas, voltadas para a circulação do automóvel. Toda a racionalidade econômica e política pesam sobre o cotidiano, enquanto vivido (DAMIANI, 2001, p. 52).

A autora chama a atenção para a produção incessante de um espaço cada vez mais racional, um império das representações, uma lógica da mercadoria que acentua as desigualdades e camufla a essência espacial. O espaço é reduzido ao tecnocrático, ao planejamento dirigido, que deteriora a dialética do tempo.

Outra visão, não menos importante, sobre o espaço é feita por Ana Fani Carlos. Baseada nos preceitos de Henri Lefebvre, vai conceber o espaço como “condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade” (CARLOS, 2001, p. 11). Sua análise sobre o espaço urbano se dá a partir da reprodução do capital e da mercadoria e da reprodução da vida, que ganha força na sua relação dialética com o espaço.

A análise do espaço urbano atrela-se ao entendimento da dominação política, que impõe uma lógica (formal) e uma racionalidade à cidade, uma acumulação de capital que dá condições para que o concreto e o abstrato sejam metamorfoseados, produzindo o lugar (na cidade). Esta produção se dá a partir da deterioração de ideologias, valores e identidades, ou a partir do anseio de uma mudança, na busca incessante da crítica e dialética do espaço-tempo.

Milton Santos, na obra *A Natureza do Espaço* (SANTOS, 2002), afirma que a deve-se estudar o par dialético e indissociável do conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações que formam o espaço. Para ele, “em cada período histórico observa-se um novo arranjo de objetos situados num determinado sistema de técnicas, possibilitando também o surgimento de novas formas de ações” (SANTOS, 2002, p. 96).

Pelo exposto, o que tem de ser levado em consideração, quando tratamos do espaço urbano, é que sua existência não seria possível sem o conteúdo que lhe dá sentido: os grupos humanos. É através de ações (sistemas) que se criam os objetos técnicos e é partir dessa relação intrínseca, entre ações e objetos (em sentido amplo), que a sociedade pode vir a alcançar o que se esconde e o que motiva as transformações no/do espaço em tempos de globalização.

A cidade e o fenômeno urbano apresentam-se nos dias atuais como a grande obra humana, a técnica e o consumo são seus grandes estimuladores. Assim, “a técnica é a grande banalidade, o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno” (SANTOS, 1997, p. 20).

Não é possível apenas pensar a cidade como quadro físico, visto que ela é dotada das intencionalidades dos grupos humanos que a molda a partir de suas vontades e interesses. A interpretação e análise das práticas socioespaciais são uma das chaves para se entender o fenômeno urbano na cidade moderna.

Um caminho já percorrido seriam os estudos em torno do uso e ocupação do solo urbano, tema aprofundado nos últimos anos (ROLNIK, 2003; SOUZA, 2004; BURNETT, 2009) em virtude da consolidação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) no Brasil.

O entendimento clássico de urbanização tem a ver com o quantitativo populacional, ou seja, a predominância da população urbana sobre a rural. Neste fenômeno destacam-se também a morfologia e as características do sítio urbano, a produção e circulação de mercadorias (industrialização-consumo), os equipamentos urbanos, o setor de serviços e os modos de vida na cidade (dimensão subjetivo-cultural), dentre outras características.

Nos países desenvolvidos a urbanização reflete-se na melhoria da qualidade de vida e expansão da rede de serviços. Na América Latina, entretanto, o intenso êxodo rural e a carência de empregos nos setores secundário e terciário trouxeram consequências como a expansão das favelas, o crescimento da economia informal e, em muitos casos, o aumento do contingente de população pobre em torno de uma metrópole, num processo denominado *Macrocefalia Urbana*.



De acordo com o último Censo populacional feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010, o Brasil atingiu a marca de 190.732.694 (cento e noventa milhões, setecentos e trinta e dois mil e seiscentos e noventa e quatro) habitantes (IBGE, 2010).

Para chegar a esse patamar, o país passou por profundas transformações, principalmente durante o século XX. Durante a década de 1940 a população predominante no Brasil era rural, ou seja, não vivia em cidades. Segundo os dados do IBGE, a população urbana era de 31,30% em 1940 e passou para 84,35% em 2010 (IBGE, 2010), um avanço significativo que resultou numa grande transformação nos modos de vida da população brasileira. A população idosa cresceu, as taxas de analfabetismo e mortalidade infantil caíram, bem como a população jovem e a taxa de fecundidade, dentre outros aspectos.

No Brasil, as bases da industrialização foram lançadas na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, e a consolidação deste processo deu-se nas décadas de 1950 e 1960. Dessa forma, desencadeou-se um quadro de modernização de toda a economia, que elevou as cidades à posição central na vida brasileira.

O processo de modernização da economia brasileira, até os dias de hoje, não levou à superação da pobreza e das desigualdades sociais. A modernização aprofundou as desigualdades já existentes, geradas num passado distante, pois esteve apoiada na maior concentração de renda. Apesar da expansão das camadas médias, que apresentam um bom poder aquisitivo e contribuíram para a expansão do mercado consumidor, a diferença de rendimentos entre ricos e pobres é hoje muito maior do que no início da modernização.

### **3. A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SÃO LUÍS**

A cidade de São Luís do Maranhão nasceu durante o período colonial no século XVII e resultou da estratégia da metrópole lusitana para barrar os avanços das nações rivais. Durante o século XIX atinge o seu apogeu econômico aproveitando a valorização internacional do seu principal produto de exportação, o algodão. Este período propiciou uma acumulação de riqueza responsável pela adoção da peculiar arquitetura do centro histórico da cidade que se caracteriza por imponente conjunto de casarões coloniais portugueses.

Após o declínio da atividade algodoeira, a economia local, que polariza a economia regional, mergulha num obscurantismo relativo quando comparada ao comportamento da produção de riqueza no país, o qual, durante o século XX, experimenta uma rápida escalada em direção a industrialização.

Somente a partir de um projeto nacional arquitetado pelo regime militar implantado no início dos anos 1960, o Projeto Grande Carajás, a economia regional é dinamizada, consolidando-se na metade dos anos 1980 quando da inauguração da *Estrada de Ferro Carajás-São Luís* (VALVERDE, 1989).

A inserção dessas indústrias na cidade promoveu a conexão da região com o comércio mundial de minério e representou o estopim de uma radical alteração da dimensão espacial na capital maranhense.

Os investimentos estatais oriundos do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Banco do Nordeste (BNB) incentivaram à expansão do espaço urbano, bem como a construção de pontes sobre o rio Anil a partir do início da década de 1970. Houve assim “uma ruptura com o traçado urbano e o modo de vida tradicional do ludovicense” (LOPES; SILVA, 2008, p. 291), provocando, por conseguinte, a saída das famílias de classe média e alta do antigo núcleo central em direção ao que se convencionou chamar de *Cidade Nova*<sup>3</sup>.

A dinamização da economia da cidade provocou o crescimento populacional principalmente devido ao afluxo de migrantes. Isto por sua vez levou a intensificação do uso do solo urbano e a uma nova espacialização da cidade, caracterizada por modos de apropriação espontânea do solo pelos migrantes e outros grupos empobrecidos da sociedade local.

A expansão da cidade mediante tais modalidades de apropriação do espaço urbano resultou em significativa desigualdade no que se refere à infraestrutura disponível para os diversos territórios da cidade em intensa expansão. Esta desigualdade tornou-se mais acentuada através de modalidades contemporâneas de produção do espaço apropriado pelo que designo de *grupos sociais dominantes*.

De início, um significativo processo de verticalização na área da *Cidade Nova* tomada pelos ricos propiciou a concentração de escritórios, restaurantes, shoppings e condomínios verticais. Com a inserção da cidade num sofisticado roteiro turístico regional, esta área recebeu novos investimentos através da implantação de uma sofisticada rede hoteleira. Outra característica, que surge nos últimos anos, é a implantação de diversos condomínios horizontais de padrão médio e alto.

Em conjunto, estes fenômenos representam um momento de particular vitalidade da indústria da construção civil e de empresas imobiliárias que tem sido chamado pela imprensa local como um “boom imobiliário”, concentrado na área da cidade para a qual os grupos dominantes se dirigiram a partir dos anos 1970.

A partir da década de 1990 a cidade de São Luís assume características muito peculiares no que tange ao seu espaço urbano. O acréscimo veloz de edifícios transforma a cidade em metrópole moderna, sua economia se diversifica e seu espaço se moderniza. Em contrapartida, uma grande parcela populacional da cidade não participa das benesses da modernização, o que acarreta o surgimento e a manutenção de grandes espaços de exclusão.

<sup>3</sup> A *Cidade Nova* abrange áreas com maior infraestrutura urbanística e de serviços, apresentando uma morfologia urbana própria que engloba essencialmente os bairros do Renascença I e II e todo o espaço da orla marítima e seu entorno.

Estas transformações no espaço apropriado pelos grupos dominantes revelam um padrão cosmopolita de consumo do espaço por parte destes grupos. Para eles, a verticalização é o símbolo maior de uma modernização urbana que se assemelha aos modos de vida e padrões socioculturais das grandes metrópoles. Por isso que a “verticalização, assim, realiza espetacularmente a acumulação e a reprodução” (SOUZA, 1994, p. 26). Esta idéia é claramente percebida no espaço urbano da *Cidade Nova* ludovicense, não só pelos modernos edifícios, mas também pela crescente diversidade de serviços especializados oferecidos às classes mais abastadas, que concentram fortemente grande parte da renda urbana na capital maranhense.

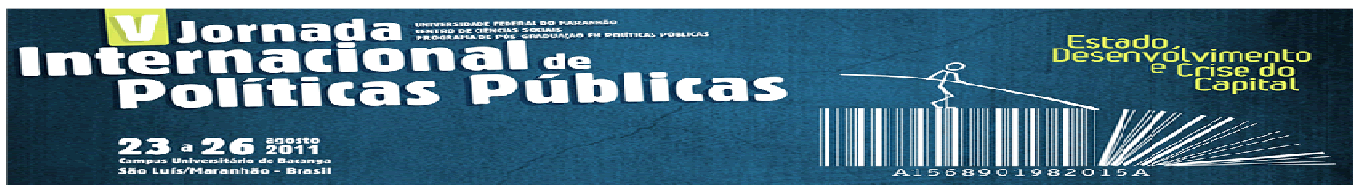
Neste sentido, este padrão emergente de produção do espaço no norte da cidade, onde estão os ricos, parece resultar numa maior homogeneização deste espaço. São Luís assume um padrão de segregação típico do *Planeta Favela*, termo que Mike Davis (2006) usa para se referir à difusão do padrão de segregação socioespacial das cidades através da consolidação e ampliação do fosso que separa a cidade formal (conectada ao fluxo de trocas do mercado global) da cidade informal (derivada das estratégias de sobrevivência do que denomino de *grupos sociais dominados*, que resultam nos assentamentos precários).

Analisando os fatores determinantes da produção do espaço no mundo contemporâneo, Milton Santos (2000) forja o termo “lugares esquizofrênicos”, pois com a capacidade de inserção no mercado globalizado, os espaços de um lado acolhem vetores da globalização, que se instalam para impor sua nova ordem, e de outro lado conhecem uma contra-ordem, na medida em que o processo leva ao crescimento acelerado dos pobres e excluídos. Sobre as condições dos grupos dominados Diniz (2007, p. 172) afirma:

A favela maranhense surgiu a partir da expansão da mancha urbana da segunda metade do século XX, ocupando precariamente terrenos públicos e particulares, surgindo vilas, conjuntos e bairros como Vila Cafeteira, Vila Itamar, Vila Isabel, Vila Mauro Fecury, Vila Pavão Filho, Vila Kiola, Vila Jaracati, Vila Santa Clara, Divinéia, São Bernardo e Vila Cascavel. Sendo todos formados por barracos e mocambos construídos com material de refugio, com caixotes, tábuas soltas, folhas de zinco, com palha, taipa e adobe. Outras situam-se em encostas de colinas ou em áreas alagadas de mangue.

Wagner Cabral da Costa explica que uma das principais questões que explicam a produção e expansão da pobreza e a concentração indiscriminada de renda por parte dos grupos dominantes encontra-se no sistema político (oligárquico) estadual, que se traduz como patrimonialista e clientelista. Sobre a produção da riqueza pelos grupos dominantes em São Luís ele afirma:

Essa é a “poupança” a partir da qual se constroem patrimônios (casas, apartamentos, fazendas); se compram os carros do ano e da moda; se constituem “empresários bem sucedidos” do comércio, de postos de gasolina, hospitais, escolas, hotéis, concessionárias. Corrupção sistêmica que produz e reproduz a miséria social e que encontra em São Luís seu espelho invertido, pois alimentou o “boom” imobiliário dos condomínios e apartamentos de luxo destinados, em vários casos, à “lavagem de dinheiro” (segundo as investigações da PF). Contrapondo, num quadro brutal e sem pudor, a opulência verticalizada e artificial da “área nobre” da capital à pobreza estrutural da população (COSTA, 2009, p.41-42).



As palavras de Costa revelam o caráter irrestrito do capital político na produção do espaço urbano e de bens de consumo presentes em São Luís. Essa produção serve para atender interesses pessoais, onde indivíduos que estão no poder exercem também a função de empresários, que detém o controle de serviços dos mais especializados na parte nobre da cidade.

Esta lógica, presente em São Luís, acontece de forma sincrônica, pois, à medida que o espaço urbano se verticaliza na *Cidade Nova*, também cresce de forma horizontal uma massa de marginalizados em direção a leste, sudeste e sudoeste de seu espaço. A afirmação de Milton Santos também nos é reveladora, quando diz que a metrópole é corporativa e fragmentada, composta de espaços luminosos, expressão máxima da modernização, e de espaços opacos – periferias, lugares da exclusão dessa mesma modernização (SANTOS, 1993).

Portanto, a produção do espaço por processos hegemônicos globalizados implica na subalternização de grupos sociais e numa consequente territorialização diferencial da cidade, orientada pelos interesses dos grupos vinculados aos processos dominantes.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização verificado ao longo do século XX na cidade de São Luís transforma a antiga cidade, antes limitada e pequena, numa grande aglomeração. Esta mudança acontece não apenas no âmbito quantitativo, mas, sobretudo, transforma-se em aspectos qualitativos.

O capital estatal aliado aos investimentos industriais foram os grandes responsáveis pela fragmentação do espaço urbano da cidade, transformado, no atual período histórico, em mercadoria, isto é, o solo urbano é determinado pelo preço, o que acaba por afastar grupos dominantes (que vivem em bairros com melhores condições) dos grupos dominados (moradores de áreas irregulares, clandestinas ou de risco).

Um dos motivos que fazem de São Luís uma cidade claramente dividida em seu espaço urbano (grupos dominantes x grupos dominados), é a grande concentração de renda inerente aos grupos dominantes, que com seu poder de consumo usufruem o que o mercado (imobiliário, carros, roupas de grife, etc.) oferece. A política, representada por grupos que se encontram há muito tempo no poder no Maranhão é uma das grandes responsáveis por agravar a problemática da segregação socioespacial, tanto no que tange à quase ausência de políticas públicas, como na questão da apropriação da coisa pública.

É preciso entender que a dinâmica de expansão urbana em São Luís decorre de processos políticos e econômicos que determinam a produção do espaço com a divisão da cidade em pedaços, havendo como principal consequência a proliferação da população pobre, que permanece excluída e na imobilidade da base da pirâmide das classes sociais.



## REFERÊNCIAS

BURNETT, F. L. **Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista**: a fetichização dos planos diretores participativos. São Luís: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2009, mimeo. Disponível em: <<http://www.pgpp.ufma.br/busca/download.php?id=126>>. Acesso em 15 mar. 2011.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, W. C. A bomba suja: crise, corrupção e violência no Maranhão contemporâneo (2004-9). In: **Boletim da Conjuntura Regional NE 5 (CNBB)**. São Luís: Abril, 2009.

DAMIANI, A. L. As Contradições do Espaço: Da Lógica (Formal) à (Lógica) Dialética, a Propósito do Espaço. In: CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. L. (Org.). **O Espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001, p. 48-61.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Edições Boitempo, 2006.

DINIZ, J. S. As Condições e Contradições no Espaço Urbano de São Luís (MA): Traços Periféricos. In: **Ciências Humanas em Revista**. Núcleo de Humanidades, São Luís, 2007. v. 5, n. 1. p. 167 - 180.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: primeiros resultados. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 15 mar. 2011.

LOPES, J. A. V.; SILVA, R. L. Roteiro 3: A Cidade Nova. In: **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara, Guia de Arquitetura e Paisagem**. São Luís-Sevilla, 2008.

ROLNIK, R. **A cidade e a Lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2003.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hicitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico-informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002 (Coleção Milton Santos, 1).

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, M. A. A. **A Identidade da Metrópole**. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1994.

VALVERDE, O. **Grande Carajás**: Planejamento da Destruição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.